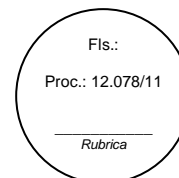




Processo nº: 12.078/2011 (a)
Apenso nº: 010.001.413/2006 (em dois volumes)
Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF
Assunto: Tomada de Contas Especial
Órgão Técnico: Secretaria de Contas
MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS
Sessão: Pauta nº 02, S.O. nº 4659, de 21.1.2014
Publicação: DODF nº 11, de 16.1.2014, pág. 00

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a citação de responsáveis (Decisão nº 6.696/11-CRCC). Falecimento do ex-Comandante-Geral do CBMDF, à época dos fatos. Apresentação de defesas. PARECERES DIVERGENTES. A Instrução sugere a decretação de revelia do beneficiário do pagamento indevido, a sua cientificação para recolher o débito apurado nos autos, a improcedência das defesas apresentadas e que se deixe de responsabilizar o Comandante-Geral em virtude de seu falecimento e o Diretor de Inativos e Pensionistas, em virtude de penalidades de multa e de inabilitação para o exercício de cargo de confiança já que estas propostas foram feitas em outros processos. O Ministério Público opina pela improcedência das defesas, pela desconstituição da solidariedade para ressarcimento do débito, pela irregularidade das contas e pela aplicação das penalidades de multa e de inabilitação para o exercício de cargo de confiança aos servidores militares. VOTO de acordo com os termos do atual entendimento da Corte no sentido da uniformização. Lavratura de acórdãos.



RELATÓRIO

Na Sessão Ordinária de 15 de maio de 2001, ao apreciar a Auditoria de Regularidade realizada na área de pessoal do Corpo de Bombeiros Militar do DF, o Tribunal proferiu a Decisão nº 3.186/01-CJEB na qual entre outras determinações, resolveu:

DECISÃO Nº 3.186/01

“[...] II - representar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal quanto à necessidade de implementação das seguintes providências: a) instauração de Tomada de Contas Especial, nos termos da Resolução nº 102, de 15/7/98, com a finalidade de apurar a extensão das irregularidades ocorridas na concessão e pagamento de indenização de transporte requeridas em razão de passagem para a inatividade de militares daquela Corporação, com o objetivo de identificar os responsáveis e quantificar os prejuízos ocorridos no período de 1996 a 2000; [...]

2. Com base nessa Decisão, em abril de 2002, o Poder Executivo constituiu comissão para apurar o caso mediante o Processo nº 001.000.333/02. Posteriormente, aqueles autos foram desmembrados em 91 outros processos, o que redundou na formação de novas Comissões de Tomada de Contas Especial, uma para cada caso (Decreto nº 28.156, de 25 de julho de 2007).

3. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao 1º SGT BM R.Rm Mario Carlos Cabral, em razão da sua passagem para a inatividade.

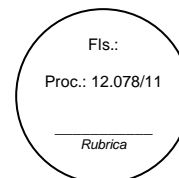
4. A Comissão de Tomada de Contas Especial (fls. 224/232 do processo apenso), verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo apurado, no valor de R\$ 11.839,54 (valor original).

5. O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 041/11 – CONTROLADORIA (fl. 260 do processo apenso), para considerar irregulares as presentes contas especiais.

6. Na Sessão de 13.11.11, o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, proferiu a Decisão 6.696/11 (fls. 45/46), **in verbis**:

DECISÃO Nº 6.696/2011-CRCC

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial tratada no Processo nº 010.001.413/2006; II - com base no art. 13, II, da L.C.



*nº 1/94, ordenar a **citação do militar Mario Carlos Cabral e dos militares Sebastião Liparizzi de Carvalho e José de Oliveira Rocha Filho, Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionista à época dos fatos**, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto ao percebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade (no caso do beneficiário) e pelos indícios de conduta omissiva e de falta de diligência com a coisa pública (no caso dos gestores), o que pode ensejar o julgamento de suas contas como irregulares, nos termos do art. 17, III, “b” e “d”, c/c o art. 20 da L.C. nº 01/94, a responsabilidade solidária de ressarcir ao erário o valor do débito atualizado no total de R\$ 73.717,17 (apurado em 25/10/2011), bem como a aplicação de multa individual prevista no art. 56 da L.C. nº 1/94 e da sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da L.C. nº 1/94; III - autorizar: a) o encaminhamento de cópia dos autos ao CBMDF, determinando a instauração de procedimento disciplinar, seja sindicância ou inquérito administrativo, em razão das irregularidades cometidas pelos militares Mario Carlos Cabral, Sebastião Liparizzi de Carvalho e José de Oliveira Rocha Filho; b) o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para a atuação de sua alçada diante dos indícios de graves irregularidades constatadas nos autos; c) o retorno do processo à 1ª ICE, para as providências de sua alçada. Vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que votou pelo acolhimento da instrução.”*

7. Efetuadas as comunicações devidas, o Ten. Cel. QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho apresentou, as razões de defesa de fls. 72/98. O 1º SGT BM R.Rm Mario Carlos Cabral não compareceu aos autos.

8. O Cel. QOBM R.Rm Sebastião Liparizi de Carvalho faleceu em 14.8.12, conforme Certidão de Óbito de fl. 101.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

9. A Instrução examina as defesas apresentadas nos termos seguintes:

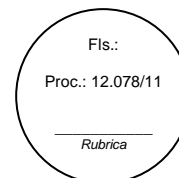
“I – Das Defesas

I.1 – Do Cel QOBM R.Rm Sebastião Liparizi de Carvalho – fls. 57/71.

a) Alegação: O defendente requer a concessão de efeito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV



suspensivo à Decisão nº 6696/2011, alegando que, se ele recolher a multa e, posteriormente, vier a ter sucesso em sua defesa, obter a restituição do valor da mesma será tarefa hercúlea, se não impossível.

Análise: Improcedente o pedido do defendente, visto que a aludida decisão determinou sua citação para apresentação de defesa e não o recolhimento da multa.

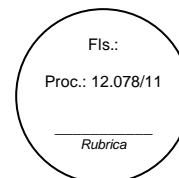
b) Alegação: O defendente narra os fatos que o levaram a sentir-se pressionado a aceitar a nomeação para o cargo de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF em 1996, época em que estavam ocorrendo muitas brigas, problemas disciplinares, sindicâncias, inquéritos policiais militares e politicagem. Alega que, por ter exonerado um oficial por exigência do Governador, ganhou um desafeto quando na ativa e que, após a transferência do defendente para a inatividade, passou a ser convocado para depor em tomada de contas, sindicâncias, inquéritos militares e até na Polícia Federal, em decorrência da união de um deputado distrital com um comandante-geral.

Análise: As alegações acerca da situação em que se deu sua nomeação para o cargo de comandante-geral e do que estava ocorrendo na Corporação, bem como da existência de diversas convocações para depor após sua transferência para a inatividade em nada socorrem o defendente no presente caso.

c) Alegação: Citando a Lei nº 8.255/1991, o defendente aduz que o responsável pela administração das finanças do CBMDF é o Diretor de Finanças, assim como a Diretoria de Inativos e Pensionistas, através de seus órgãos. Indica que são essas diretorias que planejam, programam orçamento, fazem contabilidade e fiscalização. Acrescenta que o art. 9º da referida norma estabelece que o comandante-geral é o responsável pelo emprego da Corporação, “e mais não diz”.

Análise: Improcedente a alegação do defendente, visto que competia ao Comandante-Geral a verificação da eficácia dos dispositivos aplicados no intuito de coibir possíveis fraudes na concessão da indenização de transporte quando da passagem dos militares para a inatividade. Cabia a ele, também, nomear os diretores dos órgãos subordinados, em particular o Diretor de Inativos e Pensionistas, conforme o art. 8º do Decreto nº 16.036/1994³, e exigir deste tanto o cumprimento e a observância da legislação que regia a matéria, quanto a utilização dos instrumentos de controle existentes. O art. 9º da Lei nº 8.255/1991 estabelece que “O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é o responsável pela administração, comando e emprego da corporação”. Dessa forma, é

³ “Art. 8º - As Diretorias e a Ajudância-Geral serão dirigidas, preferencialmente, por oficiais do último posto do QOBM/Comb., nomeados pelo Comandante-Geral.”



improcedente a alegação do defendente de que não cabia a ele a fiscalização da regularidade da concessão de indenização de transporte aqui analisada.

d) Alegação: Aduz que não cometeu nenhuma prática irregular na concessão da indenização e suscita a ausência de competência da Comissão de Tomada de Contas Especial para apuração da irregularidade, citando o artigo 4º, § 1º, da Resolução 102/1998 deste TCDF para, com esse fundamento, requerer a nulidade do processo desde o início por ausência de competência da comissão instauradora.

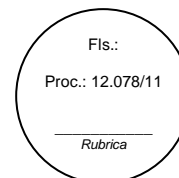
Análise: A omissão do comandante-geral em investigar a verossimilhança dos requerimentos aponta para clara irregularidade na conduta do militar. Ele, diante da robusta presença de irregularidades, deveria ter adotado procedimentos de controle para preservação do interesse público, o qual se encontrava em claro conflito com os interesses pessoais dos militares requerentes da indenização. Ainda, não sobrevive o desvio de competência indicado para a comissão instauradora, pois conforme preconiza o §1º do artigo 4º da Resolução 102/98⁴, a comissão foi constituída pelo Governador do Distrito Federal à época, mediante o Decreto nº 28.156, de 26 de julho de 2007, fl. 27 do apenso.

e) Alegação: Defende que não procedeu de forma omissiva, vez que notificou o militar indenizado de que o mesmo deveria comprovar a mudança de residência no prazo máximo de 90 (noventa) dias. Ainda, indicou que, por ser ato complexo, a comprovação da legalidade da concessão deveria ser feita em momento posterior, e que, apenas seis dias após a ciência da notificação pelo beneficiário, foi exonerado do cargo, não possuindo tempo hábil para realizar as comprovações necessárias.

Análise: Preliminarmente, informamos que houve erro material na indicação da data e do militar notificado. O excerto da notificação, parágrafo 3, fl. 61 dos autos, aponta para a cientificação do SBM/1 Geraldo Magela Mandes e o processo em análise tem como beneficiário o 1º SGT BM R.Rm. Mario Carlos Cabral, conforme fl. 139 do Processo nº 010.001.413/2006. Entretanto, pondera-se que, em obediência aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da formalidade mínima, tomaremos como sendo os dados para análise da defesa os constantes da notificação apensada à mencionada fl. 139. Portanto, o erro material não prejudicou a análise da defesa do ex-Comandante-Geral.

⁴ Art. 4º A comissão de tomada de contas especial deve ser composta de servidores estranhos ao setor onde ocorreu o fato motivador, podendo a escolha recair em servidores de outros órgãos e entidades.

§ 1º Se o responsável for Secretário de Estado ou dirigente de entidade da administração indireta, incluídas as fundações, a designação da comissão será feita, respectivamente, pelo Governador do Distrito Federal ou pelo Secretário a cuja supervisão estiver vinculada a entidade."



Diferente do que afirma o defendente, mesmo não havendo tempo para solicitar a documentação comprobatória da mudança de residência, entendemos que a irregularidade não ocorreu tão somente com a carência na solicitação da comprovação, mas sim em todo o contexto que envolvia a concessão do benefício na corporação militar. A concessão da indenização a quase totalidade dos militares aposentados, conforme Relatório de Auditoria 012/2000⁵, deveria ao menos gerar estranheza por parte dos administradores. Essa ausência de comportamento proativo na análise das concessões demonstra a existência de conduta omissiva. Com isso, está claro que o gestor concorreu para a efetivação da prática irregular.

f) Alegação: Citando a Lei nº 8255/91, o defendente alega que não agiu de forma omissa, reputando como sendo de responsabilidade do Diretor de Inativos e Pensionistas a concessão e fiscalização da indenização de transporte. Ademais, justifica que não foi oferecido a ele o direito ao contraditório e a ampla defesa; que a presente tomada de contas especial seria nula, haja vista a ausência de competência da comissão tomadora, e que não teria tido tempo hábil para fiscalização posterior do ato concessório, devido a sua exoneração, condição última que romperia o nexo entre a conduta omissiva do defendente e a prática irregular.

Análise: A competência para concessão e fiscalização, a nulidade da tomada de contas especial por incompetência da comissão tomadora e o nexo de causalidade entre a conduta omissiva do comandante e a prática irregular foram tratados na análise dos itens “c”, “d” e “e” anteriores.

Quanto à ausência do contraditório e da ampla defesa, cabe salientar que a fase interna da TCE é mero procedimento administrativo apuratório, anterior à formação plena do processo, sendo a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório apenas recomendável, mas não obrigatória⁶. Na fase externa, que se desdobra perante o órgão julgador, após a citação válida do responsável, tal direito será, necessariamente, assegurado ao responsável, tenha ou não sido este resguardado na fase interna, pois, tecnicamente, o momento de defesa do responsável nos autos ocorre perante o Tribunal (fase externa), e não perante a comissão tomadora das contas.

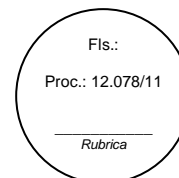
No presente caso, o defendente está fazendo pleno uso do seu direito à ampla defesa e ao contraditório com a apresentação das alegações de fls. 57/71.

⁵ “Pode-se dizer que a conduta omissiva da Administração do CBMDF tem proporcionado o aumento de fraudes na concessão de indenização de transporte. A documentação comprobatória exigida pelo CBMDF e a certeza da omissão dos responsáveis em investigar a autenticidade das declarações prestadas por aqueles que solicitam a indenização é, em verdade, um convite aos abusos verificados. Por isso não é de se estranhar que a quase totalidade, cerca de 90% dos oficiais ou praças que passaram para a inatividade receberam o benefício.”

⁶ Decisão nº 5257/2005.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV



g) Alegação: O defendente alega que por força da Lei nº 10.633/2002 este TCDF carece de competência para apreciar e julgar as contas dos Administradores ou ordenadores de despesas das Corporações locais (PMDF, CBMDF, PCDF), reforçando o entendimento com o Acórdão nº 739/2004 do Tribunal de Contas da União.

Análise: Conforme a Decisão nº 5002/05 este Tribunal de Contas do Distrito Federal reafirmou o entendimento de que cabe a ele julgar as Tomadas de Contas Anuais da Polícia Militar do DF, da Polícia Civil do DF e do Corpo de Bombeiros Militar do DF; momento em que deliberou no sentido de que compete ao TCDF o exercício de controle externo sobre a aplicação de recursos repassados da União, entre outros, para a área de segurança, imposto pelo art. 21, inciso XIV, da CF e pela Lei nº 10.633/02. Decai, assim, a alegação de incompetência desta Corte de Contas para apreciar as contas dos gestores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

h) Alegação: Discorre que, conforme o art. 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, não é competência do TCDF a aplicação de penalidades administrativas aos Comandantes Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, bem como ao Diretor da Polícia Civil, sendo esta atribuição privativa do Governador do Distrito Federal.

Análise: É improcedente a alegação do defendente. Insta frisar que não devemos confundir o poder disciplinar do Governador do Distrito Federal para punir os militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal com o poder de apreciar e julgar as contas daqueles que guardem, arrecadem, administrem, utilizem ou gerenciem bens, dinheiros e valores públicos.

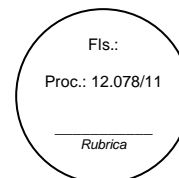
Impende destacar que essa competência para julgar as contas e aplicar penalidades é extraída diretamente da Lei Orgânica do Distrito Federal, conforme abaixo:

“Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

...

II - julgar as contas:

a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;



...

IX - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, sanções previstas em lei, a qual estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional dano causado ao erário; (...)"

A competência acima é exclusiva do Poder Legislativo, carecendo de qualquer delegação por parte do Governador do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 100 da Lei Orgânica citada pelo defendente, fl. 65. Observando a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal, seria absolutamente contrário ao princípio da separação dos poderes se exigir autorização do governador para que o Tribunal de Contas do Distrito Federal procedesse à apuração de tomada de contas especial.

Ademais, os art. 4º, da Resolução TCDF nº 102/1998, e 2º, da Lei nº 3.862/2006, tratam da competência e designação da comissão de tomada de contas, estando a legalidade dessa comissão defendida na análise do parágrafo "d" anterior. Ainda, cumpre-nos diferenciar a comissão de tomada de contas com a Corte de Contas. As competências da comissão são carreadas no art. 5º da Resolução nº 102/1998⁷, a qual, após a conclusão dos trabalhos, dará o encaminhamento do processo para que o mesmo, conforme art. 11⁸, seja remetido ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Com isso, estão completamente infundados os argumentos apontados pelo defendente.

***i) Alegação:** Ao defender a invalidade do processo, o defendente indica que não foi a ele assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, estando, então, a decisão em apreço eivada de vício processual insanável, condição que ensejaria a nulidade de todo o feito. Para robustecer a afirmação, citou o Acórdão nº 104878 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal; o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e os art. 2º, 27 e 28 da Lei nº 9.784/99.*

***Análise:** Conforme analisado na alínea "f" desta, foi devidamente assegurado ao recorrente o direito ao contraditório e a ampla*

⁷ " Art. 5º Cabe à comissão de tomada de contas especial promover todos os atos necessários ao bom andamento do processo, sobretudo:

I - levantar ou fazer levantar o valor do prejuízo;

II - tomar depoimentos a termo, promovendo as apurações necessárias;

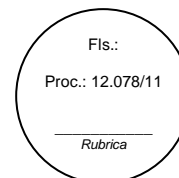
III - coligar as provas necessárias à comprovação dos fatos, bem como realizar diligência no sentido de proporcionar os elementos de convicção indispensáveis à atribuição de responsabilidade;

IV - expedir aviso ao responsável, no sentido de verificar deste o interesse em apresentar defesa ou ressarcir os prejuízos;

V - apresentar relatório conclusivo sobre as contas, devidamente fundamentado;

VI - adotar as providências necessárias ao cumprimento do disposto no § 2º do art. 4º, caso ocorra a situação ali prevista."

⁸ "Art. 11. O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou o Secretário de Estado supervisor da área deve remeter a tomada de contas especial ao Tribunal de Contas no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do processo."



defesa.

j) Alegação: O defendente roga pela aplicação dos preceitos da Lei nº 9784/1999 aos processos administrativos deste Tribunal, conforme determinação da Lei nº 2.834/2001, principalmente o previsto no art. 54, o qual indica que o direito de a administração anular atos que decorrem efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos.

Análise: Quanto à questão dos prazos para apuração de dano ao erário, cabe ressaltar que a matéria encontra-se pacificada no Tribunal. No que tange à decadência, o entendimento é no sentido de que é "inaplicável o artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/2001, para obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal em razão dos argumentos esposados pelo Relator, especialmente pelo constante nos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal e nos artigos 77 e 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal" (Decisão nº 1.675/2003 adotada no Processo nº 497/2002).

k) Alegação: O defendente alega que por ter se passado 15 anos entre a data do fato e a notificação, o direito material do Estado em prosseguir com o feito estaria prescrito.

Análise: Sobre a alegada prescrição, cabe ressaltar que as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública, decorrentes de prejuízos causados ao Erário, não são passíveis de prescrição, ante o disposto no art. 37, § 5º, "in fine", da Constituição Federal, sendo esse o entendimento do Tribunal consignado nas Decisões nºs 5.374/1998 e 3.038/1999 (Processos nºs 7.094/1991 e 266/1990, respectivamente). Nesse sentido, entendemos improcedente a alegação do defendente.

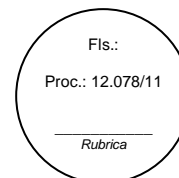
1.2 – Do Cel QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho – fls. 72/96 e anexos fls. 97/98.

a) Alegação: Preliminarmente o defendente apresenta breve relatório sobre a documentação apresentada pelo beneficiário da indenização de transporte, indicando ainda as providências solicitadas pela comissão tomadora. Ademais, indica que estaria indevidamente citado nos autos, pois o documento de notificação acostado à fl. 2 do Processo 010.0001.413/2006, não leva sua assinatura, tendo apresentado documento de identidade, fl 97 dos autos, com vistas a possibilitar comparação entre as firmas constantes dos documentos. Solicita, com isso, a extinção de todo o processo. Para fundamentar a solicitação de ausência de legitimidade passiva, o requerente apresenta decisões de Tribunais Pátrios⁹ e solicita aplicação extensiva dos art. 3º, 267, inciso VI, 295, inciso II e 329 do Código de Processo Civil e art.

⁹ Processos 20100710147245APC, Relator Arnaldo Camanho de Assis, 4ª Turma Cível, 20080020101211AGI, Relator Fábio Eduardo Marques, 1ª Turma Cível e Acórdão n. 564989.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV



564, inciso II e III, do Código de Processo Penal, todos tratando de legitimidade processual, vez que a matéria administrativa aqui tratada não possui codificação completa. Indica, ainda, que possuía, à época dos fatos, um substituto para tomar conhecimento e proferir decisões, requerendo a apuração do verdadeiro responsável pela assinatura do documento. Após, continua discorrendo acerca da concessão da indenização de transporte e da delegação de competência.

Análise: Por oportuno, salientamos que a folha onde consta a informação solicitando o deferimento de indenização de transporte é a de número 128 do processo 010.001.413/2006 e não a de número 2. Do cotejo entre a assinatura constante desse documento com a identidade apensada à fl. 97, percebemos a distinção entre as firmas, restando claro que o documento que requer indenização foi assinado pelo Oficial QOBM/COMB Sérgio Brito da Silva.

Assim, considerando que, conforme alegação do defendente, o Oficial Sérgio Brito da Silva seria o seu substituto, é imperioso analisarmos o regramento pátrio sobre a delegação de competência, o qual vem insculpido nos artigos 12, 13 e 14 da Lei nº 9784/99¹⁰. Observando o regramento, percebemos que não foi apresentado pelo defendente o documento onde consta a delegação formal da competência e ainda que não consta da Informação nº 296/97 – DIP, fl. 128*, menção expressa de que o documento teria sido assinado por substituto eventual. O que encontramos é um “p” antes da assinatura do possível delegado, indicando informalmente que o mesmo teria assinado em nome do Major José de Oliveira Rocha Filho. Então, carece a documentação de comprovação formal de delegação de competência.

Não obstante a ausência de delegação formal e de assinatura da solicitação de concessão por outro que não o indigitado, pugnamos que a responsabilização trazida neste processo não trata apenas da concessão em si, mas do dever de fiscalizar a

¹⁰ “Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

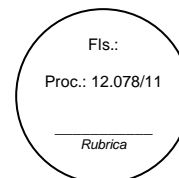
Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1º O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.”

*do processo nº 010.001.413.2006, apenso



concessão e solicitar documentação para posterior confirmação da efetiva mudança de endereço o qual, conforme dispõe a Portaria 023/95-CBMDF, seria de competência do Diretor de Inativos e Pensionistas.

Com isso, mesmo diante da ausência de assinatura do militar na solicitação de concessão, resta claro que o mesmo deveria ter ciência do ato e que seria o responsável por fiscalizar a regularidade posterior da concessão. Portanto, afastamos a alegação de ilegitimidade processual.

b) Alegação: O defendente roga que a concessão da indenização respeitou os ditames legais, tendo mencionado os documentos apresentados pelo militar para concessão e comprovação da indenização. Afirma, posteriormente, que a TCE considerou a indenização indevida e que o militar recebedor agiu com má-fé, pois a situação de transferência de domicílio não foi comprovada. Ademais, aponta posicionamento do Ministério Público, à fl. 21, de que os documentos constantes dos autos não evidenciam que o responsável tenha ido a Macapá/AP, por não comprovar a fixação de residência definitiva no local, sendo o único documento apresentado um contrato de aluguel com erros formais.

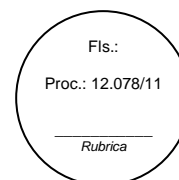
Diante disso, defende que o contrato de aluguel é documento com forma não solene, bastando tão somente a prova da existência da locação, através de recibos, cópia, declaração ou qualquer outro documento, assim seria desproporcional se exigir forma para o documento. Defende, assim, que o beneficiado cumpriu com o disposto na legislação e que os administradores agiram dentro dos ditames da lei e em respeito ao princípio da boa-fé.

Análise: Diferentemente do que afirma o defendente, a conclusão da CTCE sustentou-se nos elementos que compõem os autos. Conforme se depreende destes, a concessão do benefício ocorreu com base em documentos que não demonstravam a efetiva transferência de domicílio do solicitante e não houve a comprovação de fixação de residência requerida pela notificação de fl. 139*, caracterizando a falta de cautela e atenção dos gestores na verificação da documentação apresentada inicialmente, bem como no acompanhamento do atendimento das exigências contidas na legislação por parte daquele militar.

Por conseguinte, os indícios de fraude apontados no Relatório de Auditoria nº 12/2000, conforme lembrado no Parecer nº 1577/11 – MF, às fls. 27/28, são suficientes para caracterizar a má-fé do militar indenizado e a omissão do Comandante Geral e do Diretor da DIP na confirmação da mudança.

Utilizando entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, fl. 22, lembra-nos que esses indícios podem constituir provas no processo, conforme se segue:

* Processo nº 010.001.413/2006, apenso.



“Os indícios, quando diversos e concatenados, constituem meios de prova suficientes para respaldarem a condenação, mormente por consistirem em fortes elementos de convicção admitidos pela doutrina e jurisprudência pátrias.”

(Supremo Tribunal Federal RTJ 52/140).

Entendemos, portanto, que os elementos colhidos no Relatório de Auditoria nº 012/2000 e no Relatório de TCE nº 130/2010 – DIEXE II/SUTCE/CGDF são suficientes para formar tranquilo juízo de valor quanto à responsabilidade apontada para o Oficial José de Oliveira Rocha Filho.

c) Alegação: O defendente aponta que o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral apresentou toda documentação necessária para a concessão da indenização, tendo se responsabilizado pelas informações prestadas sob pena de sujeição às medidas de ordem administrativa, disciplinares e judiciais. Alegou que, por não existirem indícios de fraude ou de má-fé por parte do beneficiado, a administração do CBMDF, utilizando da análise do mérito administrativo, entendeu pela veracidade das alegações prestadas. Cita que a discricionariedade está presente no termo indeterminado presente no art. 2º, V, da Portaria nº 023/95 CBMDF¹¹.

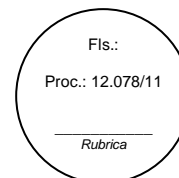
Diante disso, tendo o beneficiado apresentado todos os documentos necessários, não haveria razão para qualquer diligência posterior. Indica que a opção em não solicitar comprovação foi pautada no mérito administrativo e que refletiu o juízo de valor que só cabia à administração do CBMDF diante da situação apresentada.

Análise: Refutando a fundamentação, destacamos que o mérito administrativo só pode ser utilizado em situações em que a norma prevê possibilidade para o administrador avaliar a conveniência e oportunidade para escolher a melhor opção entre duas legalmente possíveis, o que não vislumbramos para a situação tratada neste processo.

No caso em tela, não tratamos de ato inconveniente ou inoportuno passível de revogação, mas sim, de ato ilegal, o qual para regularização só podemos aceitar a anulação. Com a anulação, todos os efeitos do ato devem retroagir, resguardados apenas os direitos adquiridos por terceiro de boa-fé.

Impende observar que, dos elementos formadores do ato administrativo, apenas subsiste a análise da conveniência e oportunidade para o motivo e objeto do ato. No entanto, na concessão da indenização em tela o elemento descumprido foi a finalidade, por sabermos que não houve a mudança de residência

¹¹ V – O CBMDF **poderá** solicitar do militar inativo, a qualquer tempo, pelo prazo de 01 (um) ano, a comprovação de residência bem como confirmar através de Corporação co-irmã da Unidade da Federação local, a veracidade das informações geradoras do benefício. (grifo nosso)



do beneficiário. Nesse sentido, por ser o desvio de finalidade vício insanável, a única solução possível para regularização da situação seria a anulação da concessão de indenização, o que implicaria no desfazimento do ato desde o início e resguardaria apenas os direitos de terceiros de boa-fé.

Nesses termos, não subsiste a alegação de que o Diretor da DIP poderia avaliar a conveniência e oportunidade para solicitar a comprovação de mudança de endereço, pois diante da situação de ilegalidade apresentada apenas a realização das diligências seria suficiente para resguardar a indisponibilidade do interesse público.

d) Alegação: *O defendente aponta o conceito de homem médio e que se faz necessária a consideração de um patamar geral de atuação para se configurar a má-fé subjetiva na ação dos gestores.*

Aduz que o artigo 27 do Decreto nº 986/1993 e a Lei nº 7.115/1983 indicam que a declaração de residência, quando firmada pelo próprio interessado, presume-se verdadeira.

Defende, por sua vez, que teria agido observando o princípio da boa-fé subjetiva, porque ao deferir o pedido de indenização, acreditava estar diante de um ato jurídico perfeito, legal e eficaz. Aponta que aquele que age em situação real tendo a certeza de estar agindo nos ditames da lei não estaria praticando nenhuma ilegalidade.

Análise: *Novamente invocamos excertos do Relatório de Auditoria nº 012/2000 para reforçar a tese de que os administradores deveriam presumir estarem diante de uma situação irregular¹² e da existência de má-fé na conduta do militar indenizado.*

Restou configurado no processo que, diante da clara situação de irregularidade apresentada, deveriam os gestores agir de forma mais diligente para resguardar o interesse público. Portanto, infeliz o conceito de homem médio apresentado pelo defendente, pois entendemos que o administrador público com percepção mediana seria mais cuidadoso com a coisa pública com vistas a evitar o prejuízo ao erário aqui encontrado.

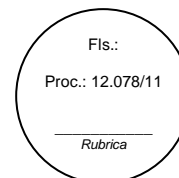
Afasta-se, com isso, qualquer alegação de que os administradores não teriam se omitido.

¹² “Diretor da DIP e o Comandante-Geral, tinham condições de saber se a declaração do solicitante do benefício era verdadeira ou não”.

“Outro fato que levanta suspeita sobre a convivência dessas autoridades com os solicitantes é que a maioria dos militares inativos escolhessem localidades distantes, quase inacessíveis e desprovidas de atrativos como são Tabatinga (AM) e Cruzeiro do Sul (AC).”

“Faltaram com um dos deveres fundamentais do administrador público que é o dever de agir, de ser diligente com a coisa pública.”

“Suscita cumplicidade das referidas autoridades é a singeleza da documentação comprobatória da mudança de domicílio.”



e) Alegação: Entende o defendente que qualquer procedimento visando à punição dos gestores do CBMDF implicaria conduta flagrantemente ilícita e desproporcional. Alega que a área técnica, à fl. 13, baseada em documentos dos autos, indicou que não houve dolo na conduta do militar. Defende, ainda, que não existe prova nos autos de que a concessão inicial da indenização foi ilegal e, com isso, não haveria conduta dolosa ou culposa das partes envolvidas.

Análise: Conforme Voto do Exmo. Relator do processo, fl. 40. “O exame promovido pela Comissão de Tomada de Contas Especial - CTCE e pelo Controle Interno demonstra que a percepção indevida da indenização de transporte ocorreu cumulativamente com a tentativa fraudulenta de comprovação pelo militar de uma situação inexistente junto à Administração Pública, com o intuito de regularizar o recebimento do benefício indevido, configurando má-fé do beneficiário e prática de ato doloso.”

E ainda: “Em relação ao Comandante-Geral do CBMDF e ao Diretor da Diretoria de Inativos e Pensionistas, a comissão de TCE demonstra que a conduta omissiva dos gestores tem proporcionado o aumento de fraudes na concessão da indenização de transporte.”

Assim, ficou comprovada a conduta dolosa por parte do militar beneficiado com a indenização e a omissão dos gestores do CBMDF.

f) Alegação: Por fim, o QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho registra que a ele não foi assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme prevêem do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9784/99, pois, não pôde apresentar defesa ou qualquer documento na fase interna desta TCE.

Análise: Informamos que este Tribunal tem entendimento firmado nesta matéria. Quanto à ausência do contraditório e da ampla defesa, cabe salientar que a fase interna da TCE é mero procedimento administrativo apuratório, anterior à formação plena do processo, sendo a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório apenas recomendável, mas não obrigatória¹³. Na fase externa, que se desdobra perante o órgão julgador, após a citação válida do responsável, tal direito será, necessariamente, resguardado ao responsável, tenha ou não sido este assegurado na fase interna, pois, tecnicamente, o momento de defesa do responsável nos autos ocorre perante o Tribunal (fase externa), e não perante a comissão tomadora das contas.

No presente caso, o defendente está fazendo pleno uso do seu direito à ampla defesa e ao contraditório com a apresentação de defesa de fls. 72/96.

¹³ Decisão nº 5257/2005.



II – Das Conclusões

7. Considerando que o 1º SGT BM R.Rm. Mario Carlos Cabral, considerado citado após ter realizado pedido de cópia do processo, fl. 54, deixou transcorrer o prazo a que se refere o item II da Decisão nº 6696/2011, fls. 45/46, sem apresentar defesa ou recolher o valor do débito apurado nos autos, entendemos que a Corte deve, nos termos da art. 13, § 3º, da LC nº 1/94, considerá-lo revel para todos os efeitos. Proporemos ao egrégio Plenário que, conforme art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da LC nº 1/94, julgue irregulares as contas desse militar e proceda sua notificação para o recolhimento do débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 81.477,91, atualizado para setembro/2012, fl. 103.

8. Ainda, com relação às demais penalidades legais cabíveis à espécie, arts. 56 e 60 da LC nº 1/94, quais sejam a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal e a aplicação de multa, até o momento, esta Divisão encaminhou suas sugestões no sentido da não incidência no presente caso, haja vista que os juros de mora alcançam montante bastante superior ao valor original do dano, o que, por si só, produziria o efeito pedagógico pretendido pela Corte.

9. Quanto ao Cel QOBM R.Rm Sebastião Liparizi de Carvalho, por todo o exposto, somos por que a Corte considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentada. No entanto, cabe salientar que o defendente não se beneficiou do valor da indenização de transporte de que tratam estes autos, sendo responsabilizado por sua conduta omissiva, ao deixar de observar a legislação de regência e não exigir a documentação comprobatória da efetiva transferência de domicílio do beneficiário. Nesse sentido, a imputação do débito ao defendente nos parece desproporcional à falta cometida.

10. Ademais, nos autos do Processo nº 10.580/2011, que trata de matéria análoga e também envolveu o aludido gestor, foi proposto à Corte que considerasse grave tal irregularidade, inabilitando-o, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da referida LC. Assim, por isonomia de tratamento e a fim de evitar o “bis in idem”, optamos por deixar de fazer quaisquer proposições envolvendo esse militar.

11 Em que se considere o contido nos parágrafos 9 e 10, cumpre-nos informar que consta dos autos Certidão de Óbito, acostada à fl. 101, indicando o falecimento do ex-Comandante-Geral do CBMDF, em 14 de agosto de 2012. Essa ocorrência traz a perda do objeto das proposições de penalidades personalíssimas, como a prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994.



12. No que tange ao Cel QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho, também somos por que a Corte considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentadas. Por sua vez, assim como o militar mencionado no parágrafo 9, o defendente não se beneficiou do valor da indenização de transporte de que tratam estes autos, sendo responsabilizado por sua conduta omissiva, ao deixar de observar a legislação de regência e não exigir a documentação comprobatória da efetiva transferência de domicílio do beneficiário. Nesse sentido, a imputação do débito ao defendente também nos parece desproporcional à falta cometida, motivo pelo qual entendemos suficiente, no presente caso, a inabilitação do militar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da LC nº 1/1994.”

10. Concluindo, o Corpo Técnico sugere ao Tribunal:

“I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 50, 51, 52 e 103, bem como das defesas acostadas às fls. 57/71 e às fls. 72/96 e anexos de fls. 97/98;

II. nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, considerar revel para todos os efeitos o militar nominado no parágrafo 7º desta instrução, por não ter atendido à citação ordenada no item II da Decisão nº 6696/2011, e julgar suas contas irregulares, com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, do mesmo diploma legal, notificando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 81.477,91, atualizado para setembro de 2012, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade;

III. considerar improcedentes as alegações de defesa do militar nominado no parágrafo 9º desta instrução, apresentadas em face da citação determinada pelo mesmo tópico da decisão mencionada no item precedente, deixando, contudo, de responsabilizá-lo nos presentes autos, em face do falecimento do militar e do indicativo de apenação anteriormente apresentado no Processo nº 10.580/2011;

IV. considerar improcedentes as alegações de defesa do militar nominado no parágrafo 12 desta instrução, apresentadas em face da citação determinada pelo item II da Decisão nº 6696/2011, tendo como graves as irregularidades ocorridas em decorrência da conduta omissiva do responsável, inabilitando-o, por um período de cinco a oito anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do DF, nos termos do art. 60 da LC nº 1/1994;

V. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”



MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público, por intermédio do Parecer nº 1.663/2012 (fls. 125/132), da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, diverge das proposições da Instrução. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“4. O Ministério Público diverge parcialmente do entendimento do órgão técnico quanto a não apenação do gestor remanescente, tendo em conta o falecimento do ex-Comandante-geral Sebastião Liparizi de Carvalho.

5. De outra parte, entende cabível tanto ao gestor quanto ao beneficiário a aplicação das penas de multa, além da de inabilitação para o exercício de cargo ou função na Administração Pública distrital.

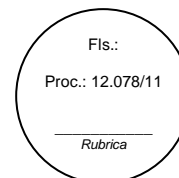
6. Destaca-se, quanto ao gestor, que, comprovada a conduta delituosa, ainda que omissiva, é cabível a cominação da penalidade de multa prevista no arts. 57, II e III, e 60, ambos da LC n.º 01/1994.

7. No caso concreto, é preciso verificar se o indicativo alegado diz respeito a situação idêntica à tratada nestes autos e se goza de certeza. Parece ainda não se poder afirmar nada quanto à certeza. De toda sorte, cabe ao agente, em sede de defesa, ponderar as suas razões quanto ao tema. Por ora, ficar-se-ia no campo das ilações, ao passo que, conformadas as penas, irresignando-se os agentes, seria possível ao Tribunal manifestar-se sobre o caso concreto com a abrangência necessária.

8. Sendo assim, é pertinente a aplicação das penas previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da Lei Complementar n.º 01/1994 ao gestor.

9. Ainda quanto ao gestor, impende considerar a questão da solidariedade passiva entre ele e o beneficiário quanto ao débito passível de lhe ser imposta. Ocorre que, em outros autos de mesma natureza, o Tribunal adotou a tese de solidariedade entre gestores e beneficiários. Em face disto, este Parquet, por entender incabível, passa aos seguintes comentários.

10. Destarte, propugna-se o afastamento da solidariedade passiva. A uma, porque o beneficiário da indenização indevida, conforme demonstrado nos autos, agiu com dolo, enquanto o gestor agiu com culpa, merecendo, portanto, ser responsabilizados pelo cometimento de ato omissivo. A duas, porque, em se tratando de dolo, incidem juros moratórios sobre o débito (art. 1º, II, “b”, da Emenda regimental n.º 13/03), o que não se mostra razoável em relação aos gestores, tendo em conta a natureza de sua conduta, a qual ensejaria reparação sem incidência de juros de mora. A três, porque, consoante o art. 275,



caput, do Código Civil², todos seriam passíveis de cobrança pelo valor total do débito, o que poderia levar a desproporção de ver o interesse público satisfeito com a reparação, mas o efeito punitivo não servir de exemplo de conduta aos demais servidores ou militares, visto que existiria a possibilidade de quem deu causa ao dano, agindo com dolo, não ser alcançado na execução do título de cobrança desta Corte. A quatro porque, sopesando conduta dolosa versus conduta omissiva seria injusta a cobrança solidária, devendo sempre a Corte de Contas buscar, na aplicação ou não da solidariedade, a solução mais justa (ver, a respeito, o Parecer nº667/2008-MF, Processo TCDF nº 30274/2007).

11. Demais disso, impende considerar que a conduta dos gestores está conectada com a dos demais militares instados a reparar danos da espécie em apuração nesta Casa, o que poderá dar ensejo a múltiplas penalizações, passíveis de discussão quanto ao defeso bis in idem, bem como, em casos extremos, poderia redundar na execução apenas destes gestores em detrimento daqueles que com dolo agiram e diretamente deram causa ao dano.

12. Cabe repisar que, comprovadamente, o beneficiário obteve retorno imediato com sua ação dolosa, enquanto os gestores nada obtiveram com sua conduta omissiva. Além disso, não há indícios de que aqueles gestores estavam mancomunados com o beneficiário. Ao contrário, restou demonstrado que desconheciam as tentativas de fraude do beneficiário, tudo a corroborar a tese de que não merecem idêntico tratamento quanto à responsabilização.

13. Sendo assim, mostra-se desarrazoada a solidariedade imposta e desproporcional seu efeito. As condutas, tanto comissivas quanto omissivas, merecem reprimenda por parte desta Corte, isso é indubitável. Porém, em razão da necessidade de individualização das penas³, é razoável punir de forma idêntica condutas díspares.

14. Nesse sentido são os termos do inc. VI do parágrafo único do art. 2º da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/99)⁴, quanto à necessidade de adequação da sanção ao fim a que se almeja no caso concreto, não olvidando o interesse público.

15. Para a correta dosimetria da pena, é preciso individualizar as condutas dos agentes a fim de aplicar a lei de modo isonômico, bem assim proporcional e razoável. Destarte, necessário se faz

² Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

³ Constituição Federal, art. 5º, XLVI: a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: [...]

⁴ Art. 2º. [...]

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: [...]

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;



afastar a solidariedade imputada na responsabilização dos gestores com o agente beneficiário.

16. Demais disso, impende reconhecer que o procedimento da Tomada de Contas Especial adstringe-se à matéria da responsabilidade civil, tratada na Lei n.º 10.406/2002, Código Civil (CC), em seu art. 927⁵, que previu a obrigação de reparar a quem, mediante a prática de ato ilícito, causou dano a outrem. Nada obstante, os arts. 186⁶ e 187⁷ da Lei Substantiva Civil predizem o que se entende por ato ilícito.

17. Ainda quanto à solidariedade passiva, o Código Civil reservou a Seção III do Capítulo VI para discorrer sobre o tema. Porém, não definiu quando se dará a solidariedade, deixando ao arbítrio do legislador a definição da hipótese de ocorrência. Frise-se que a Lei Substantiva só ordenou o tratamento a ser consignado aos casos de solidariedade passiva, sem adentrar o mister de dizer quando se dará.

18. Para tanto, a Lei Complementar n.º 01/94, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal, fixou em seu art. 13, inc. I⁸, que caberá a Corte de Contas ou ao Relator a imputação de responsabilidade individual ou solidária nos casos de ato de gestão inquinado, reservando-lhe certo grau de discricionariedade, com isso permitindo a análise de cada caso para verificar qual a medida adequada.

19. Quanto ao que prediz o art. 35 do Decreto Federal n.º 986, de 12 de novembro de 1993, recepcionado pelo Decreto Distrital n.º 16.529, de 7 de junho de 1995, também tratando da responsabilidade solidária, entendo que deva ser afastada a sua incidência no caso presente, tendo em conta a restrição que se quer alcançar em sede de regulamentação em detrimento do que previu o Código Civil quanto à matéria e, mais especificamente, a LC n.º 01/1994, conforme esposado.

20. Repise-se que o Código Civil não determinou os casos de aplicação da solidariedade passiva, tampouco a Lei Orgânica do Tribunal. O primeiro normativo definiu o tratamento a ser dado em casos configurados, enquanto o segundo consignou ao juízo de valor da c. Corte, ou do nobre Relator, para sua aplicação.

21. É de ressaltar que a tese aqui esposada merece acolhida no presente caso em face principalmente da distinção das condutas

⁵ Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

⁶ Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

⁷ Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

⁸ Art. 13. Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal:

I – definirá a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão inquinado;



dos agentes. Ademais, não há que se falar em uniformização da atuação desta Corte de Contas doravante, pois, conforme saliente em meus pareceres, é necessário analisar cada caso a fim de se verificar as suas peculiaridades, a despeito do extenso rol de processos tratando da matéria, bem como de suas semelhanças.

22. Diante do conflito aparente de normas, é preciso garantir aplicação à Lei Substantiva Civil, bem assim à Lei Orgânica do TCDF, mormente pelo fato de que um Decreto tem sua razão de ser na própria Lei, servindo para regulamentá-la, instrumentalizá-la, mas nunca podendo ir além dos limites delineados por aquela. Portanto, não poderia restringir aquilo que a lei não o fez.

23. No caso presente, a LC n.º 01/1994 estabeleceu a faculdade de se imputar a solidariedade, e o referido Decreto Federal n.º 986/1993 trazia a dicção de que seria solidária a responsabilidade. Ainda que este normativo tenha sido recepcionado pelo Decreto Distrital n.º 16.529/1995, no momento de sua aplicação seria preciso verificar a sua adequação à legislação distrital, aplicável ao caso a fim de se evitar restrição que a lei não fez. Despiciendo dizer que também deveria guardar consonância com o Código Civil, bem assim com a Lei Orgânica do DF, além da própria Constituição Federal.

24. Já não fosse bastante se tratar de normas com funções distintas no ordenamento jurídico, tendo a Lei Complementar maior status que o Decreto, além deste ter apenas função regulamentadora, é preciso reconhecer a especificidade da lei ao dispor sobre a organização desta Corte de Contas.

25. Portanto, não se vê por que abdicar da faculdade conferida pela LC n.º 01/1994 em face da regulamentação de que trata o Decreto Federal n.º 986/1993.

26. Assim, ao passo em que opina o Parquet por afastar a aplicação do instituto da solidariedade passiva, entende pertinente a aplicação ao gestor das multas previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da LC n.º 01/1994 pela conduta omissiva que contribuiu para a consumação do dano.

27. Cumpre, sugerir que se aplique o mesmo critério para sugerir a aplicação ao beneficiário das multas previstas nos arts. 56 e 60 da LC n.º 01/1994 pela conduta dolosa que deu causa ao dano.

28. Em síntese, discorda o MPC do posicionamento do d. órgão técnico sobre a responsabilização dos gestores, bem assim, da imputação de solidariedade passiva que em alguns casos tem sido adotado pela Corte de Contas. Contudo, em harmonia com o órgão técnico, entende pertinente a responsabilização do beneficiário, com a devida imputação de débito, sem olvidar da cumulação das penas de multa e inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função pública no Distrito Federal,



penalizações estas que também devem ser aplicadas aos gestores.

29. Em face do exposto, com as vênias de estilo, em harmonia parcial com o órgão técnico, opina o Ministério Público por que a c. Corte adote as sugestões de fls. 123/124 com os seguintes reparos:

I. tome conhecimento dos documentos de fls. 50/52 e 103, bem como das defesas acostadas às fls. 57/71 e às fls. 72/96 e anexos de fls. 97/98;

II. considere improcedentes as alegações de defesa dos militares nominados nos parágrafos 7º, 9º e 12 da instrução, apresentadas em razão da citação ordenada pelos itens II da Decisão n.º 6.696/2011;

III. julgue irregulares as contas:

a. do militar nominado no parágrafo 7º da instrução, nos termos do art. 17, III, "b" e "d", c/c o art. 20, ambos da LC n.º 01/1994, notificando-o, nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito de R\$ 81.477,91 (atualizado para setembro/2012);

b. dos militares nominados no parágrafo 9º e 12 da instrução, nos termos do art. 17, "b", da LC n.º 01/1994;

IV. aprove e publique os devidos acórdãos;

V. aplique, cumulativamente:

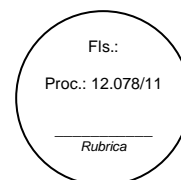
a. ao militar referidos no parágrafo 7º da instrução a multa prevista no art. 56 da LC n.º 01/1994, bem como a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, consoante o art. 60 da LC n.º 01/1994;

b. ao militar referidos no parágrafo 12 da instrução a multa prevista no art. 57, II e III, da LC n.º 01/1994, bem como a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, consoante o art. 60 da LC n.º 01/1994;

VI. reitere a autorização dada no item III, "a", da Decisão n.º 6.696/2011 quanto a instauração de procedimento disciplinar, seja ele sindicância ou inquérito administrativo,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV

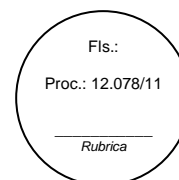


no âmbito do CBMDF, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente do descumprimento das normas legais pelos militares beneficiários, bem assim, quanto aos gestores, para apurar a responsabilidade administrativa decorrente da conduta omissiva;

VII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”

É o Relatório.

DIGITALIZADO



VOTO

12. A questão tratada nestes autos refere-se ao pagamento de Indenização de Transporte a servidores militares por ocasião de sua passagem para a inatividade (reserva). Tais pagamentos revelaram-se irregulares na medida em que os beneficiados não transferiram os respectivos domicílios. Assim, várias Tomadas de Contas Especiais foram instauradas, tanto no Corpo de Bombeiros Militar do DF quanto na Polícia Militar do DF, a exemplo da que aqui se cuida.

13. No Tribunal o assunto vem sendo discutido há muito tempo, gerando diversas deliberações. Entretanto, conforme se verifica das últimas assentadas, o entendimento foi **uniformizado** no sentido de se isentar de penalidades os dirigentes das Corporações (Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas – DIP), julgar irregulares as contas do beneficiário do pagamento indevido, condenando-se ao ressarcimento dos valores recebidos **apenas** o beneficiário. Se a conduta foi comprovadamente dolosa, a restituição será acrescida de juros de mora (art. 1º, inciso II, alínea “a” da ER nº 13/2003), recebendo ainda, a pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos. Com efeito, nesse sentido foram proferidas as seguintes Decisões de nºs 5.663/13-CAM, 5.668/13-CAM, 5.752/13-CPT, 5.781/13-CMA e 5.782/13-CMA.

14. Registre-se, por oportuno, que o valor original recebido pelo servidor militar ao ser transferido para a reserva remunerada, em 6.10.1997, foi de R\$ 11.839,54. Com a conclusão das apurações, em 14.9.2012, houve a atualização monetária (R\$ 17.364,01) e a incidência de juros de mora desde 6.10.1997 (R\$ 52.274,36), o que totaliza R\$ 81.477,91 até 14.9.2012 (doc. à fl. 103).

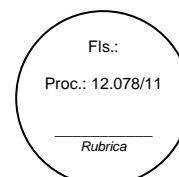
Assim, em consonância com o entendimento desta Corte, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das defesas apresentadas pelo Cel. QOBM Sebastião Liparizi de Carvalho e pelo Ten. Cel. QOBM R.Rm José de Oliveira Rocha Filho (fls. 57/71 e 72/96) para, no mérito, considerá-las procedentes;

II. considere revel o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral, por não ter comparecido aos autos, apesar de regularmente citado;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV



III. julgue, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 1/94, irregulares estas contas especiais;

IV. notifique o 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral para recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 81.477,91 (valor em 14.9.2012), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03;

V. autorize, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94;

VI. aplique ao 1º SGT BM R.Rm. Mário Carlos Cabral a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos;

VII. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VIII. autorize o encerramento da sindicância instaurada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em face da determinação constante do inciso III, alínea “a” da Decisão nº 6.696/11;

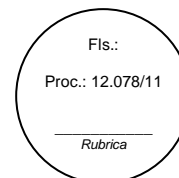
IX. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2014.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV



ACÓRDÃO Nº ____/2014

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito ao responsável.

Processo TCDF nº: 12.078/11

Apenso nº: 010.001.413/2006

Nome/Função/Período: Mário Carlos Cabral (1º SGT BM R.Rm., beneficiário do pagamento indevido)

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

Representante do Ministério Público: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio

Débito imputado aos responsáveis: R\$ 81.477,91 (valor atualizado em 14.9.2012), acrescidos de juros e atualização monetária até a data da efetiva liquidação do débito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 20, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar o responsável a recolher ao Erário o valor que lhe é imputado, acrescido de juros e atualização monetária, conforme consta das disposições da Emenda Regimental nº 13/2003 c/c os da Lei Complementar nº 435/2001 até o dia do efetivo ressarcimento do dano, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2014

Presentes os Conselheiros: ____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) ____

Representante do MP presente: Procurador(a) ____

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
PRESIDENTE

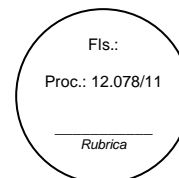
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO - RELATOR

Fui presente:

Representante do MP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS- LO/LA/RV



ACÓRDÃO Nº ____/2014

Ementa: Tomada de Contas Especial. Constatação de irregularidades. Audiência do responsável. Improcedência das justificativas apresentadas. Contas julgadas irregulares. Aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Processo TCDF nº: 12.078/11

Apenso nº: 010.001.413/2006

Nome/Função/Período: Mário Carlos Cabral (1º SGT BM R.Rm., beneficiário do pagamento indevido)

Órgão: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

Representante do Ministério Público: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto do Relator, com fundamento no artigo 60 da Lei Complementar nº 01/1994, de 9 de maio de 1994, em aplicar ao nominado responsável a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2014

Presentes os Conselheiros: ____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) ____

Representante do MP presente: Procurador(a) ____

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO-RELATOR

Fui presente:

Representante do MP